

Deontologia Jurídica, Ética e Advocacia

Legal Deontology, Ethics and Advocacy

Ester Jéssica Hostert¹

RESUMO: trata-se de um ensaio jurídico sobre a função ética do advogado, a sua importância na efetividade da Justiça e reflexões atinentes à essência do Direito, ou seja, questões correlatas. Destacam-se, neste sentido: as virtudes morais, o dever ético, a efetivação da lei, a concretização de direitos, os fatos sociais que antecedem a norma, bem como a origem histórica da Ética.

PALAVRAS-CHAVE: Razão de ser. Moral. Advocacia. Deontologia. Ética.

ABSTRACT: it is a legal essay about the ethical function of the lawyer, its importance in the effectiveness of Justice and reflections on the essence of Law. In this sense, the following stand out: the moral virtues, the ethical duty, the enforcement of the law, the realization of rights, the social facts that precede the norm, as well as the historical origin of Ethics.

KEYWORDS: Reason Of Being. Morals. Advocacy. Deontology. Ethics.

Desde a Grécia Antiga, por volta do século V a.C., os filósofos gregos iniciaram a reflexão sobre o conceito de Ética, relacionando-o com a cidadania e a moral. Neste sentido, embora não explicitamente, a Ética, desde a sua origem até os dias atuais, guardou um forte vínculo com a alteridade. Trata-se do pressuposto de que todo o ser humano dentro de determinada sociedade interage e é interdependente do outro. Na Polis, ao agir cumprindo os deveres, bem como usufruindo dos seus direitos, o cidadão estava não apenas observando o seu modo de pensar a vida, mas considerando o seu contexto social, compartilhando um ponto de vista, por meio da participação política, com a finalidade de contribuir eticamente dentro de sua sociedade – desconsidera-se, nesta seara, a estratificação social e o inaccessível à cidadania por grande parte da população naquele contexto.

Sob esse prisma, poder-se-ia aprofundar no campo filosófico, com relação aos deveres e direitos que dizem respeito à cidadania, à moral, à razão de ser individual, ao sentido existencial da humanidade enquanto sociedade, entre tantos outros detalhes interessantes no campo da Filosofia... Todavia, delimita-se o tema para relacionar o conceito da Ética a outros pontuais – moral, deontologia e razão de ser –, postos a seguir, com enfoque à sua aplicação na advocacia.

Dentro do contexto da vida humana, existem várias formas de viver e ver a vida. Cada sociedade adota princípios morais que podem ou não variar, de acordo com a cultura. Contudo, existem preceitos fundamentais estabelecidos pelos intelectuais, que se consolidaram filosoficamente e humanamente ao longo do tempo, tais como: a deontologia, a Ética e, por conseguinte, a constante necessidade de haver uma “razão de ser” dentro de cada indivíduo. Isto é, algo muito além do que

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Regional de Blumenau – FURB.

se pretende ser profissionalmente. Trata-se de um aspecto intrínseco, da alma, ligado aos princípios, valores, responsabilidade e deveres com os quais se compactua ao escolher uma profissão.

A exemplo, cita-se a advocacia, pela qual a pessoa não apenas trabalha pelos seus honorários e para o seu cliente; mas, muito além disso, exerce um papel importante na efetivação da lei, concretização dos direitos e, conseqüentemente, na promoção da Justiça. Destarte, agrega sentido existencial a si mesma por alcançar uma conduta que ultrapassa qualquer limitação de “ganho individual”. Atinge um patamar de dever ético perante a sua sociedade. Isto, pois, a concretude de direitos e a efetiva Justiça em determinado caso concreto defendido pelo advogado são, de igual forma, vitórias da sociedade em que estão inseridas.

Posto isto, o advogado deve agir tanto com ética quanto com moral. E a moral individual se constrói por meio de atos humanos; estes provêm de pensamentos que precedem as escolhas. Originam-se a partir da consciência. Por isso, tem-se, conceitualmente, que o ato humano é sempre abastecido da moral, pois traduz a intenção da pessoa que o praticou. Desse modo, há quem diga que a moral reside no interior do homem. Outrossim, pode-se dizer que a moral é uma construção coletiva, por meio de fatos sociais reforçados pelos costumes, do que é “certo” e “errado”.

No contexto da vida profissional das pessoas, as virtudes morais se distinguem em relação à deontologia. O conceito moderno a define como um conjunto de regras e princípios que regulam determinadas condutas do profissional, de caráter não técnico, exercidas ou vinculadas, de qualquer modo, ao exercício da profissão. Logo, as virtudes morais exigidas para cada profissão serão diferentes. Conquanto de um advogado, sendo contratado para defender uma parte em uma ação, não se pode esperar imparcialidade quanto ao uso dos argumentos jurídicos e das técnicas processuais permitidas por Lei, deontologicamente, há requisitos que devem ser preenchidos.

Sendo assim, tratando-se de uma carreira cuja Ética se pressupõe essencial à prática profissional, por excelência, quem opta pela carreira da advocacia deve ser exemplo de conduta ilibada e idoneidade moral. Como já mencionado, o advogado, ao exercer sua função, lida com institutos morais e desse modo, a sua atuação ultrapassa o âmbito de uma relação cliente-advogado-causa, pois alcança resultados que refletem a efetivação da Justiça em determinada sociedade. A defesa dos direitos, por si só, demonstra a sua razão de ser dentro da Ética, permeada pelos costumes, leis e outras fontes do Direito. Portanto, a Deontologia jurídica faz com que a norma jurídica realmente seja cumprida, garantindo o resultado do próprio Direito.